



ELEIÇÕES

O futuro da reeleição

Comum em anos de campanha, a discussão sobre o mandato único une parlamentares de espectros políticos opostos

» ISRAEL MEDEIROS

Reprodução/Facebook



Em 2018, o então candidato Jair Bolsonaro (PL) prometeu propor mandato único de 5 anos

Em todo ano de eleição, a história se repete: os candidatos a um cargo do Executivo — seja ele prefeito, governador ou presidente da República — prometem que, se eleitos, não irão disputar a reeleição. Há quem vá mais longe e prometa que vai propor o fim da possibilidade de reeleição, como fez o presidente Jair Bolsonaro (PL) quando ainda estava em campanha em 2018. Na época, ele disse que proporia um mandato único, começando pelo seu governo.

A reeleição em cargos do Executivo não existia antes da década de 1990. Esse foi um instituto criado durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB), por meio da Emenda Constitucional nº 16, de 1997, que acrescentou ao texto constitucional que “o presidente da República, os governadores de estado e do Distrito Federal, prefeitos e quem os houver sucedido ou substituído no curso dos mandatos poderiam ser reeleitos para um único período subsequente”.

FHC, próximo de terminar seu primeiro mandato, pensava em se reeleger. E havia uma grande pressão política e da sociedade para que isso ocorresse, já que o então sindicalista Luiz Inácio Lula da Silva, do PT, era o principal opositor ao tucano. O receio era de que, se o petista ganhasse as eleições de 1998, o país mergulharia num caos econômico, estragando o sucesso do Plano Real, que foi essencial para conter a hiperinflação.

Na época, quem ocupava a presidência da Câmara era o então deputado Michel Temer, já no antigo PMDB (hoje MDB). Antes da aprovação da emenda, havia denúncias de venda de votos por parte de deputados — algo que cronicamente se repete no parlamento brasileiro, independente da época. Isso resultou na renúncia de parlamentares, e o governo conseguiu evitar uma CPI.

Com a mudança, passou a

ser possível, pela primeira vez desde que o Brasil virou República, a reeleição de um ocupante do Poder Executivo, algo que era expressamente proibido por redações anteriores da Constituição. Hoje, no entanto, o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, presidente na época, critica a mudança no texto constitucional. Para ele, a instituição da reeleição foi um erro causado pela ingenuidade de imaginar que os presidentes “não farão o impossível para ganhar a reeleição”.

Além de Bolsonaro, outros que ocuparam a presidência desde 1997 falaram contra a reeleição, como foi o caso de Lula, em 2002. Na época, ele defendia que nenhum projeto de sucesso pode ocorrer em quatro anos e, por isso, a solução seria que os sucessores de cargos do Executivo entendessem a necessidade de dar continuidade aos planos de seus antecessores. Quem também falou contra a reeleição, mas não publicamente, foi Dilma Rousseff (PT), que, com apenas sete meses de governo, já dizia a seus

aliados e até ao presidente Lula que não pretendia disputar reeleição. Disputou, ganhou e sofreu impeachment.

Desde que o instituto da reeleição foi instaurado, em 1997, o único governo feito sem pensar em reeleição foi o de Michel Temer, que, ao assumir a presidência no lugar de Dilma em 2016, apoiou e realizou reformas populares e atuou, segundo analistas, sem pensar exatamente em manter sua popularidade alta. Ele não disputou as eleições em 2018.

Para o cientista político Eduardo Grin, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), o tema é complexo, porque envolve a natureza humana. “Quanto mais poder, melhor. Nesse sentido, é pouco razoável a gente imaginar que alguém que esteja no poder não deseje disputar reeleição. O famoso cientista político Anthony Downs [também conhecido por suas contribuições à economia] dizia que a primeira coisa que um eleito faz é pensar em como vai se reeleger”, explica.

“O que temos que considerar primeiro é separar as coisas,

cargos executivos e legislativos. Em vários países, a permanência no cargo por mais de um período não é necessariamente danosa, pode ser virtuosa à medida que isso permita resultados mais consistentes ou uma série de medidas que um governo só não conseguiria, acrescenta Grin”.

Para ele, há benefícios no sistema. Um deles é o de permitir que um bom gestor continue no cargo e prossiga com seus programas de governo, se a população estiver satisfeita. Mas o professor acredita que a discussão foi contaminada pelo governo Dilma, que teve dificuldades de se reeleger e, agora, também por Bolsonaro.

“O risco de ter Bolsonaro por mais quatro anos é um desastre. Por isso, é importante separar a regra das pessoas. Parece que aqui no Brasil, dadas as experiências com determinados incumbentes, a gente acaba achando que a solução é impedir a reeleição. Isso pode gerar problemas até piores, com um período maior, porque o gestor pode chutar o balde, como se fosse



“O que eu pretendo é fazer uma excelente reforma política, acabando com o instituto da reeleição, que começa comigo caso seja eleito”

Jair Bolsonaro, presidente da República, em 22 de outubro de 2018

Ele acredita que há um problema crônico hoje no Brasil causado por aqueles que governam pensando em reeleição. “Se nós fossemos constatar a realidade brasileira, na prática o que acontece é isso. Todos os governos, não só federais, mas prefeitos, governadores e o Executivo em geral. Depois que permitiram isso no governo Fernando Henrique Cardoso, o primeiro mandato passou a servir como um palanque, e o que a gente percebe é que eleição acaba sendo algo plebiscitário”, afirma.

O deputado Afonso Florence (PT-BA) também acredita que o modelo de hoje faz com que gestores pensem mais em se manter no cargo a fazer um governo eficiente, mas ele teme que esse debate, feito em período eleitoral, seja fruto de casuismo.

“Na oportunidade adequada, pode ter mérito. É possível pensarmos em mandatos mais longos sem reeleição. Mas que isso não seja para tentar incidir na vontade popular”, afirma. Florence também defende mudanças nos mandatos de parlamentares. Segundo ele, o PT já discute uma limitação de mandatos seguidos por deputado ou senador. Cada parlamentar, segundo o novo modelo, teria um limite de três mandatos seguidos.

“Eu, por exemplo, estou no terceiro, é possível que eu vá para o quarto, porque nosso mandato é coletivo, tem conselho político, participação de ativistas que atuam na sociedade civil, pessoal da saúde, educação, micro e pequeno empresários. Mas eu teria disponibilidade integral de não ser candidato uma quarta vez. Porque há, no PT, o amadurecimento de que é preciso renovação, não só etária, mas de ideias”, afirma.

Ele acredita, no entanto, que o Congresso não aprovaria um projeto que limitasse os mandatos dos parlamentares, já que esse tema não é de interesse deles. “O ideal seria a sociedade opinar por meio de uma consulta popular”, disse.

Convergência

A discussão em torno do fim da reeleição em cargos do Executivo une até mesmo parlamentares de espectros políticos opostos. Para parlamentares ouvidos pelo **Correio**, a discussão é válida, e o modelo ideal é a de um único mandato, que passaria de quatro para cinco anos, sem possibilidade de reeleição. Mas essa discussão teria que ser feita fora de um ano eleitoral, para evitar casuismo. É o que defende o deputado Filipe Barros (PSL-PR).

“Eu sou favorável ao fim da reeleição. Teríamos, no lugar disso, um mandato de cinco anos. Há uma PEC sobre isso que já foi votada na Câmara na época em que o Eduardo Cunha presidia a Casa, mas ela está parada no Senado. Basta o Senado votar para que seja realidade, mas, para isso, é preciso que haja vontade política por lá”, pontua;

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

É um erro imaginar que Bolsonaro não tenha um Plano B

Não estou entre os que acreditam que a alternativa golpista, para o presidente Jair Bolsonaro, se esgotou em 7 de setembro do ano passado, quando mobilizou todas as suas forças contra a urna eletrônica e confrontou o Supremo Tribunal Federal (STF), que viria a ser cercado por caminhoneiros. No dia seguinte, com as estradas bloqueadas e os caminhões na Esplanada, o presidente da República deu um cavalo de pau e mandou uma carta ao ministro do STF Alexandre de Moraes com juras à democracia, numa espécie de pedido de desculpas pelos ataques que havia feito ao ministro e outros integrantes da Corte, principalmente durante manifestação de seus partidários na Avenida Paulista, à qual compareceu. Naquela ocasião, a narrativa golpista havia atingido o seu clímax.

Há muitas versões sobre o que aconteceu naqueles dois dias, principalmente sobre as

conversas entre Bolsonaro e o ex-presidente Michel Temer, que redigiu a carta, e o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, relator do inquérito das fake news, que segura a espada de Dâmocles sobre a cabeça dos bolsonaristas radicais envolvidos em ações contra a Corte. Uma das versões é a de que o presidente do Supremo, ministro Luiz Fux, havia ameaçado solicitar ao Exército uma operação de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) em defesa do STF, o que teria consequências posteriores, pois isso, obviamente, caracterizaria ato de sedição liderado pelo próprio presidente Bolsonaro.

Sabemos que o Comando Militar do Planalto estava de prontidão, com oito mil homens mobilizados para intervir, caso fosse preciso. Seu estado-maior monitorava não somente a manifestação, como a própria atuação da Polícia Militar do Distrito Federal, que, no

primeiro momento, havia permitido que os manifestantes rompessem a barreira instalada no Eixo Monumental e avançassem pela Esplanada dos Ministérios, em direção à Praça dos Três Poderes.

Por vários meios e interlocutores, na semana anterior, oficiais de alta patente fizeram chegar às redações o recado de que não havia a menor possibilidade de envolvimento das Forças Armadas em qualquer tentativa de golpe de estado. A narrativa era de que os comandantes militares cumpririam com seus deveres constitucionais e que a democracia brasileira tem instituições fortes e consolidadas. Havia um esforço para desfazer a péssima impressão deixada pelo desfile de carros blindados e anfíbios da Marinha na Esplanada, em 10 de agosto, um espetáculo que revelou o sucateamento dos equipamentos do seu Corpo de Fuzileiros Navais e acabou ridicularizado.

O descolamento das Forças Armadas dos arroubos autoritários de Bolsonaro não deixa de ser alvissareiro, mas ninguém se iluda. O presidente da República já trocou os comandantes das Forças Armadas e pode voltar a fazê-lo, antes das eleições, se estiver disposto a adotar um plano B diante de uma derrota eleitoral inevitável. É flagrante a fricção entre a orientação de Bolsonaro e a do comandante do Exército, general Paulo Sérgio, eum relação à obrigatoriedade da vacina e outros protocolos contra a Covid-19, por exemplo.

Plano B

Em artigo recente, na Veja, o jornalista José Casado destacou que o ministro da Defesa, general Braga Neto, principal aliado de Bolsonaro no meio militar, por orientação do Presidente da República, fizera questionamentos

DESACREDITAR A URNA ELETRÔNICA E TUMULTUAR O PROCESSO ELEITORAL SERÃO INDICADORES DE QUE NÃO ESTÁ DISPOSTO A ACEITAR EVENTUAL DERROTA, COMO O EX-PRESIDENTE DOS EUA DONALD TRUMP

formais à segurança das urnas eletrônicas junto ao TSE. Ou seja, a disposição de não aceitar um resultado eleitoral desfavorável continua existindo. Não por acaso, o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Luís Barroso, convidou o ex-ministro da Defesa Fernando de Azevedo e Silva para assumir a Secretaria Geral da Justiça Eleitoral e comandar a logística de realização das eleições de outubro próximo.

No 7 de setembro, as manifestações realizadas na Esplanada, em Brasília, e na Avenida Paulista, demonstraram o enorme poder de mobilização de Bolsonaro. Nada impede que isso se repita. Sua capacidade de atuação nas redes sociais para construção de uma narrativa golpista permanece intacta, as fake news nas redes sociais

continuam, inclusive com ataques ao Supremo. Mesmo com o governo mal avaliado e alto índice de rejeição nas pesquisas de opinião, Bolsonaro tem uma sua base eleitoral coesa e resiliente, além de militantes armados, dispostos a lutar para mantê-lo no poder, recorrendo à força, se preciso.

É um erro imaginar que Bolsonaro não tenha um Plano B, caso a derrota eleitoral seja inevitável por antecipação. Desacreditar a urna eletrônica e tumultuar o processo eleitoral serão indicadores de que não está disposto a aceitá-la, a exemplo do que fez o ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, um ano atrás. Felizmente, os demais candidatos à Presidência não endossam esse questionamento. Todos defendem a urna eletrônica.